



Polícia Civil do  
Distrito Federal

# CONCURSO PÚBLICO

## DELEGADO DE POLÍCIA

### INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
  - Um **caderno de questões** contendo 100 (cem) questões objetivas de múltipla escolha;
  - Um **cartão de respostas** personalizado para a Prova Objetiva;
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a Prova Objetiva. Faça-as com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação do **cartão de respostas** (Prova Objetiva).
- Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas**.
- Ao candidato somente será permitido levar seu **caderno de questões** da Prova Objetiva após o término das mesmas e desde que permaneça em sala até este momento (Edital 6.6).
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** e seu **caderno de redação** e retirar-se da sala de prova (Edital 6.6).
- Após o término da prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado**.
- Os três últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

### INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata da Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



**Atenção:** Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do **cartão de respostas** pela leitora ótica.

### Cronograma Previsto (Cronograma completo no endereço [www.nce.ufrj.br/concursos](http://www.nce.ufrj.br/concursos))

Atividade	Data	Local
Divulgação do gabarito	7/12	<a href="http://www.nce.ufrj.br/concursos">www.nce.ufrj.br/concursos</a>
Interposição de recursos contra o gabarito	8 a 10/12	* Escritório NCE/UFRJ Brasília
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra o gabarito e resultado preliminar da Prova Objetiva	17/12	<a href="http://www.nce.ufrj.br/concursos">www.nce.ufrj.br/concursos</a>
Interposição de recursos contra resultado preliminar da Prova Objetiva	20 a 22/12	* Escritório NCE/UFRJ Brasília
Divulgação do resultado final da Prova Objetiva	7/01	<a href="http://www.nce.ufrj.br/concursos">www.nce.ufrj.br/concursos</a>

\* Escritório NCE/UFRJ Brasília: Edifício Centro Empresarial Brasília, sala 820, bloco B, SRTVS QD 701

## DIREITO PENAL

1 - No direito penal entende-se como ingerência:

- a) o comportamento anterior que cria o risco da ocorrência do resultado, gerando o dever de agir, que torna a omissão penalmente relevante;
- b) a participação de menor importância, que importa em causa de diminuição de pena;
- c) o arrependimento que, nos crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa, motiva o agente a reparar o dano ou restituir a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa;
- d) a utilização de agente sem culpabilidade para a realização de um crime, importando em autoria mediata;
- e) a obediência por subalterno à ordem não manifestamente ilegal emanada de superior hierárquico.

2 - A ocultação de valores provenientes de sua execução representa a prática de "lavagem de dinheiro" no seguinte crime:

- a) concussão;
- b) roubo;
- c) extorsão;
- d) homicídio mediante paga;
- e) latrocínio.

3 - São normas penais não incriminadoras, EXCETO:

- a) "Não excluem a imputabilidade penal: I – a emoção ou a paixão" (art. 28, I, do Código Penal);
- b) "O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa" (art. 13 do Código Penal);
- c) "Diz-se o crime: (...) II – tentado, quando iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente" (art. 14, II, do Código Penal);
- d) "Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente" (art. 19 do Código Penal);
- e) "Se o agente for inimputável, o juiz determinará a sua internação (art. 26). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial" (art. 97 do Código Penal).

4 - Quem influi para que terceiro de má-fé adquira produto de crime, pratica:

- a) receptação própria;
- b) receptação imprópria;
- c) receptação privilegiada;
- d) receptação culposa;
- e) participação em receptação.

5 - Segundo a redação do artigo 18, I, do Código Penal ("Diz-se o crime: I – doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo"), é possível concluir que foi adotada:

- a) a teoria do assentimento;
- b) a teoria da representação;
- c) as teorias do assentimento e da representação;
- d) as teorias do assentimento e da vontade;
- e) as teorias da representação e da vontade.

6 - Em uma loja de roupas femininas, Fulana pede para experimentar uma blusa e, enquanto distrai a vendedora, desviando a sua atenção para outro cliente, guarda a peça em sua bolsa, fugindo em seguida. Trata-se da hipótese de:

- a) furto qualificado mediante destreza;
- b) furto qualificado mediante fraude;
- c) apropriação indébita;
- d) estelionato;
- e) fraude ao comércio.

7 - Depois de pronunciado por homicídio consumado e tentativa de homicídio conexos, Tício é condenado a dois anos de detenção (art. 121, par. 3º, do Código Penal), porque foi reconhecido excesso na Legítima Defesa, e a um ano de detenção, já que foi desclassificada a tentativa para o crime de lesões corporais (art. 129 do Código Penal). O co-réu Mévio apela da decisão alegando a extinção da punibilidade do crime de lesões corporais, já que, ao contrário do que se verificou com Tício, somente foi pronunciado em grau de recurso imediatamente após o decurso de quatro anos do recebimento da denúncia. Assim, é correto afirmar que:

- a) ocorreu a prescrição do crime de lesões corporais para ambos os agentes, porque o benefício merece interpretação extensiva;
- b) não ocorreu a prescrição, porque a interrupção da prescrição ocorrida com a pronúncia de Tício produz efeito relativamente ao outro participante do crime;
- c) ocorreu a prescrição do crime de lesões corporais apenas para Mévio porque, quando Tício foi pronunciado, interrompeu-se em relação ao mesmo o lapso prescricional;
- d) não ocorreu a prescrição, porque seu prazo se suspendeu quando houve a pronúncia de um dos agentes;
- e) ocorreu a prescrição em ambos os crimes e para ambos os agentes porque, havendo co-autoria e conexão de crimes, a prescrição atinge todos os fatos.

8 - Fulano pede a Beltrano, seu amigo de longa data, que guarde em sua casa um computador de sua propriedade, até que volte de uma viagem que fará para a Europa. Dias após ter recebido o aparelho de boa-fé, quando Fulano já se encontrava no passeio, como se fosse seu, Beltrano vende o computador para terceira pessoa. A conduta de Beltrano se amolda à prática de:

- a) receptação;
- b) receptação qualificada;
- c) furto;
- d) apropriação indébita;
- e) estelionato.

9 - A prática de fato definido como crime por obediência à ordem ilegal de superior hierárquico:

- a) não exclui a culpabilidade, já que ilegal a ordem;
- b) exclui a culpabilidade, se não manifestamente ilegal a ordem;
- c) exclui a ilicitude, por estrito cumprimento de dever legal;
- d) exclui o dolo, porque não há potencial conhecimento da licitude do fato;
- e) exclui o nexo causal, por irrelevância da condição antecedente.

10 - Quando conduzia veículo automotor, sem culpa, Fulano atropela um pedestre, deixando de prestar-lhe socorro, constituindo tal conduta, em tese, a prática de:

- a) omissão de socorro, prevista no art. 135 do Código Penal;
- b) lesão corporal culposa, com o aumento de pena previsto no artigo 129, § 7º, do Código Penal;
- c) expor a vida de outrem a perigo, previsto no artigo 132, do Código Penal;
- d) omissão de socorro, prevista no artigo 304, da Lei n. 9.503/97;
- e) lesão corporal culposa na condução de veículo automotor, com o aumento de pena previsto no artigo 303, § único, da Lei n. 9.503/97.

11 - NÃO ocorre nexo de causalidade nos crimes:

- a) de mera conduta;
- b) materiais;
- c) omissivos impróprios;
- d) comissivos por omissão;
- e) de dano.

12 - O médico está autorizado a praticar o aborto com conhecimento da gestante ou de seu representante legal (artigo 128, inciso II, do Código Penal), quando a gestante for vítima de estupro:

- a) após convencido de que tal circunstância tenha ocorrido;
- b) após o registro do fato na Delegacia de Polícia;
- c) após o oferecimento da Denúncia contra o autor do fato;
- d) após a condenação do autor do fato;
- e) após a condenação transitada em julgado em face do autor do fato.

13 - A respeito da tentativa, é correto afirmar que:

- a) a tentativa imperfeita pode também ser denominada tentativa branca;
- b) a consumação não pode ser obtida por razões alheias ou não à vontade do agente;
- c) pode ocorrer nos crimes habituais;
- d) o código penal adota a teoria objetiva moderada ou temperada no que concerne à punibilidade na tentativa;
- e) não pode ocorrer nos crimes complexos.

14 - Durante revista pessoal em Beltrano, policiais encontram, em sua carteira, uma via de sua Certidão de Nascimento que, quando levada à perícia, foi constatado tratar-se de documento falso. Nesse caso, tal conduta se amolda à figura típica de:

- a) uso de documento falso;
- b) falsificação de documento particular;
- c) falsificação de documento público;
- d) falsa identidade;
- e) a conduta é atípica.

15 - No que concerne ao estado de necessidade, é correto afirmar que:

- a) o código penal adota a teoria diferenciadora, sendo todo estado de necessidade justificante;
- b) não há distinção entre estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante;
- c) o código penal adota a teoria unitária, sendo todo estado de necessidade exculpante;
- d) no estado de necessidade exculpante, o bem jurídico preservado sempre será de maior valor do que o bem jurídico sacrificado;
- e) para distinguir estado de necessidade exculpante e estado de necessidade justificante, é preciso ponderar bens jurídicos depois de confrontá-los.

16 - No crime de resistência (artigo 329, do Código Penal – Opor-se a execução de ato legal), a elementar “ato legal”, significa que a prisão deve ser:

- a) formalmente legal, ainda que injusta;
- b) justa e formalmente legal;
- c) justa, formal e materialmente legal;
- d) materialmente legal;
- e) materialmente legal, ainda que injusta.

17 - O agente que deixa de agir, desconhecendo a sua qualidade de garantidor, incorre em:

- a) erro de tipo;
- b) erro de proibição;
- c) delito putativo por erro de tipo;
- d) delito putativo por erro de proibição;
- e) crime impossível.

18 - Funcionário público que, como perito oficial, mediante suborno, elabora laudo ideologicamente falso, pratica:

- a) prevaricação;
- b) falsidade ideológica;
- c) falsa perícia;
- d) corrupção passiva;
- e) extorsão.

19 - A imputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, conforme o que prescreve o Código Penal, adapta-se à teoria:

- a) biológica;
- b) psicológica;
- c) biopsicológica;
- d) social;
- e) normativa.

20 - Fulano foi preso em flagrante, logo após adquirir cinquenta papelotes de cocaína, que pretendia servir aos convidados de uma festa em sua residência; tal conduta deve ser tipificada como:

- a) tentativa de tráfico de entorpecentes (artigo 12, da Lei n. 6.368/76, combinado com o artigo 14, inciso II, do Código Penal);
- b) tentativa de uso de entorpecente (artigo 16, da Lei n. 6.368/76, combinado com o artigo 14, inciso II, do Código Penal);
- c) tráfico de entorpecentes (artigo 12, da Lei n. 6.368/76);
- d) uso de entorpecentes (artigo 16, da Lei n. 6.368/76);
- e) a conduta é atípica.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

21 - A Administração Pública, no exercício do Poder de Polícia, pode executar seus atos independentemente da manifestação prévia de outro Poder, ressalvadas poucas exceções. A característica do Poder de Polícia que legitima a conduta acima descrita denomina-se:

- a) imperatividade;
- b) auto-executoriedade;
- c) presunção de veracidade;
- d) presunção de legitimidade;
- e) discricionariedade.

22 - A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ao tratar do Poder de Polícia, afirma: "o poder de polícia não deve ir além do necessário para satisfação do interesse público que visa proteger; a sua finalidade não é destruir os direitos individuais, mas, ao contrário, assegurar o seu exercício, condicionando-o ao bem estar social; só poderá reduzi-los quando em conflito com

interesses maiores da coletividade e na medida estritamente necessária à consecução dos fins estatais."

O texto acima se refere ao seguinte princípio, aplicável aos atos de poder de polícia:

- a) legalidade;
- b) moralidade;
- c) impessoalidade;
- d) proporcionalidade;
- e) segurança jurídica.

23 - Levando-se em consideração a teoria do risco administrativo, usada para disciplinar a responsabilidade patrimonial do Estado, analise as afirmativas a seguir:

- I. A responsabilidade do Estado é subjetiva, estando condicionada a demonstração de culpa ou dolo do agente público.
- II. A culpa exclusiva e a concorrente da vítima são causas excludentes da responsabilidade do Estado.
- III. As autarquias estão sujeitas a normas constitucionais relativas à responsabilidade patrimonial do Estado.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e III;
- e) II e III.

24 - Em relação aos elementos constitutivos do ato administrativo, é correto afirmar que:

- a) a competência é o elemento do ato administrativo em que pode ser encontrado maior discricionariedade para a Administração Pública;
- b) o elemento motivo também é chamado de motivação;
- c) os atos administrativos, como regra, podem ser praticados de uma forma livre, desde que a lei não exija determinada solenidade como sendo essencial;
- d) o elemento motivo corresponde às razões de fato e de direito que servem de fundamento para o ato administrativo;
- e) o vício de competência não admite qualquer tipo de sanatória.

25 - O ato administrativo motivado poderá ser controlado através da verificação da compatibilidade das razões de fato apresentadas pela Administração Pública com a realidade e das razões de direito com a lei. O fundamento para o controle do ato administrativo na hipótese acima retratada é:

- a) teoria dos motivos determinantes;
- b) princípio da razoabilidade;
- c) princípio da discricionariedade;
- d) conceitos legais indeterminados;
- e) desvio de poder.

26 - Sobre as diversas formas de extinção e controle de um ato administrativo, analise as afirmativas:

- I. Denomina-se contraposição a extinção de um ato administrativo em razão da prática de um novo ato com efeitos opostos ao ato anterior.
- II. Como regra, todos os tipos de atos administrativos, vinculados ou discricionários, admitem revogação por critérios de conveniência e oportunidade.
- III. O Tribunal de Contas, no âmbito de sua atuação, pode controlar atos administrativos praticados por outro Poder.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

27 - O servidor público, nomeado para cargo de provimento efetivo, será submetido a estágio probatório, oportunidade em que será avaliado pela Administração Pública. Quando constatar que o servidor não preenche os requisitos exigidos para o cargo, a Administração Pública deverá adotar a seguinte providência:

- a) demitir o servidor após instaurar processo disciplinar;
- b) demitir o servidor de forma sumária;
- c) exonerar o servidor após instaurar processo disciplinar;
- d) exonerar o servidor de forma imotivada;
- e) exonerar o servidor após assegurar o direito de defesa, não havendo necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar.

28 - A alienação de bens imóveis adquiridos pela Administração Pública em processos judiciais será feita através da seguinte modalidade de licitação:

- a) concurso;
- b) somente concorrência;
- c) concorrência ou leilão;
- d) tomada de preços;
- e) convite.

29 - Em relação aos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. A aposentadoria compulsória será com proventos integrais.
- II. Denomina-se recondução o retorno ao serviço ativo do servidor aposentado por invalidez quando cessam as causas de sua aposentadoria.
- III. A aposentadoria compulsória será aos setenta anos para o homem e aos sessenta e cinco anos para as mulheres.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) nenhuma.

30 - A garantia constitucional que deve ser usada para incluir nos assentamentos do impetrante a justificativa sobre informação verdadeira, mas que está pendente de decisão administrativa ou judicial, denomina-se:

- a) mandado de segurança;
- b) mandado de injunção;
- c) *habeas data*;
- d) ação ordinária;
- e) medida cautelar.

31 - Em relação aos diversos tipos de responsabilidade do servidor público, analise as afirmativas a seguir:

- I. A sentença penal absolutória que concluir pela insuficiência de provas não afasta a responsabilidade civil do servidor, mas impede a sua punição administrativa.
- II. A lei expressamente prevê que o servidor público somente responderá civilmente perante o Estado. Não se admite propositura de ação indenizatória diretamente contra o servidor público.
- III. A instauração de processo administrativo disciplinar poderá ser dispensada se a autoridade competente para punir presenciou a prática da infração.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) nenhuma.

32 - O Estado, na defesa do interesse da coletividade, pode promover a intervenção na propriedade privada. Uma das formas de intervenção prevê que o Poder Público pode impor ao proprietário de um bem a obrigação de suportar restrição permanente decorrente da prestação de um serviço público. Essa modalidade de intervenção denomina-se:

- a) tombamento;
- b) servidão administrativa;
- c) requisição;
- d) limitação administrativa;
- e) ocupação temporária.

33 - Em relação aos serviços públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os serviços gerais, que não permitem a identificação dos seus destinatários, são mantidos através dos impostos, modalidade de tributo não vinculado.
- II. Mesmo nos serviços públicos com execução delegada a particular, compete ao Poder Público fixar a tarifa que será paga pelo usuário.
- III. Os serviços públicos classificados como individuais e obrigatórios serão mantidos através de tarifa que tem a natureza jurídica de preço público.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

34 - Em relação ao concurso público usado para seleção de servidores, analise as afirmativas a seguir:

- I. O candidato aprovado dentro do número de vagas oferecidas no edital tem direito subjetivo à nomeação.
- II. As empresas públicas e sociedades de economia mista, criadas para desempenhar atividades econômicas, não estão obrigadas a realizar concurso público para escolha de seus empregados.
- III. A prorrogação do prazo de validade do concurso público é ato discricionário da Administração Pública.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) II e III.

35 - Em relação ao controle judicial do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Poder Judiciário não pode controlar o uso correto da discricionariedade administrativa.
- II. O controle judicial dos atos administrativos praticados pelo Poder Executivo pode ser exercido de ofício ou mediante provocação do interessado.
- III. Quando houver na lei a previsão de recurso administrativo, a parte interessada somente poderá acionar o Poder Judiciário após o prévio esgotamento da esfera administrativa.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) nenhuma.

36 - A execução dos contratos administrativos pode sofrer interferência decorrente de situações posteriores a sua celebração. Uma das causas de mutabilidade resulta das ações e omissões da Administração Pública, como parte do contrato, que atingem diretamente a sua execução, dificultando ou impedindo a sua realização. Essa causa de mutabilidade denomina-se:

- a) fato da administração;
- b) fato do príncipe;
- c) interferência imprevista;
- d) teoria da imprevisão;
- e) cláusula exorbitante.

37 - Na desapropriação, a Administração Pública deve dar ao bem desapropriado o destino mencionado no ato expropriatório. Se o imóvel desapropriado receber destinação que se mostre incompatível com o interesse público, haverá:

- a) tredestinação;
- b) caducidade;
- c) domínio eminente;
- d) afetação;
- e) reversão.

38 - Em relação à ação popular, analise as afirmativas a seguir:

- I. Uma pessoa jurídica pode propor ação popular se todos os seus sócios forem eleitores.
- II. A sentença que julgar improcedente o pedido formulado na ação popular será submetida ao duplo grau obrigatório de jurisdição.
- III. O Ministério Público pode assumir a titularidade da ação popular que foi abandonada pelo autor popular.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

39 - Em relação à ação civil pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. O inquérito civil será presidido por membro do Ministério Público e o seu arquivamento depende da homologação judicial.
- II. Ao deferir pedido de liminar na ação civil pública, o órgão do Poder Judiciário competente para seu julgamento poderá arbitrar multa para a hipótese de descumprimento.
- III. O prazo de validade da liminar na ação civil pública será de noventa dias, prorrogável por mais trinta dias.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) II e III.

40 - Em relação ao mandado de segurança, analise as afirmativas a seguir:

- I. De acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional o prazo de cento e vinte dias previsto na lei para impetração do mandado de segurança.
- II. A autoridade coatora poderá contestar o pedido formulado ou prestar informações no prazo de dez dias.
- III. O mandado de segurança somente poderá ser usado para controlar decisões judiciais transitadas em julgado.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) nenhuma.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

41 - Assinale o comportamento processual que, na configuração dos sistemas processuais, caracteriza violação ao sistema extraído da Constituição da República:

- a) a iniciativa da Defesa de requerer a produção de contraprova ou de postular reexame por meio de assistente técnico, nos casos em que a infração penal deixar vestígios e a prova da existência dessa infração estiver baseada em perícia oficial;
- b) a iniciativa do ofendido, em processo por crime de exclusiva ação privada, quando se manifesta pela absolvição do acusado e o juiz extingue o processo, sem pronunciar decisão absolutória, declarando perempta a ação;
- c) a iniciativa do acusado, que recorre de decisão de absolvição emitida com fundamento em dúvida acerca de sua responsabilidade penal. No recurso o réu postula a apreciação da tese de legítima defesa;
- d) a iniciativa do juiz que, em consequência de prova colhida durante a instrução criminal, de elementar do crime descrita implicitamente na denúncia, condena o acusado por infração penal diversa e mais grave do que aquela infração objeto da imputação acusatória constante do processo;
- e) a iniciativa do Ministério Público, que se recusa a formular proposta de suspensão condicional do processo porque o acusado foi definitivamente condenado em processo criminal anterior e está cumprindo a pena.

42 - Pode-se afirmar, sobre o início do Inquérito Policial, que:

- a) para os crimes de ação penal pública, vigorará o princípio da discricionariedade para a Autoridade Policial;
- b) não poderá a Autoridade Policial indeferir requerimento do ofendido para o início do Inquérito Policial;
- c) ainda que haja prisão em flagrante, haverá necessidade de instauração do Inquérito Policial mediante portaria;
- d) a *delatio criminis* somente autorizará a instauração do Inquérito Policial nos crimes de ação penal pública incondicionada;
- e) a instauração do Inquérito Policial nos crimes de ação penal privada interrompe o prazo decadencial para oferecimento da queixa crime.

43 - O órgão competente para dirimir conflito de competência entre Tribunal Regional Federal e Tribunal de Justiça é:

- a) Supremo Tribunal Federal;
- b) Superior Tribunal de Justiça;
- c) Tribunal Regional Federal;
- d) Tribunal de Justiça;
- e) Tribunal de Alçada.

44 - O STF recebeu a denúncia contra o então Senador da República. Sucede que o denunciado, posteriormente, foi investido no cargo de Governador de Estado, o que levou aquela Corte a remeter os autos ao STJ, em razão de sua incompetência para processar e julgar a ação penal. Nessa instância, discutiu-se, em questão de ordem, se há necessidade da concessão prévia de licença da Assembléia Legislativa estadual para que haja o prosseguimento da ação penal. A esse respeito, é correto afirmar que a referida licença:

- a) é desnecessária, pois se trata de denúncia já recebida, sendo certo que a incompetência superveniente não importa em anulação da decisão de recebimento da denúncia;
- b) é necessária, pois, com fulcro na Emenda Constitucional 35/2.001, ao Congresso Nacional foi aferida a possibilidade de suspensão do processo, ao passo que o sistema de solicitação de licença prévia às Assembléias permanece inalterado;
- c) é necessária, pois a Lei 10.628/2.002, que alterou o art. 84 e seu § 1º, do Código de Processo Penal, prescreve que a exigência prevalece ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública;
- d) é desnecessária, pois não se exige a licença prévia para o recebimento da denúncia ofertada em face de ocupante do cargo de Governador; no entanto, as Assembléias podem sustar o curso da ação penal recebida pelo STJ, tal como é permitido ao Congresso Nacional nas ações em curso no STF;
- e) é desnecessária, pois não se exige a licença prévia para o recebimento da denúncia ofertada em face de ocupante do cargo de Governador, sendo certo, ainda, que as Assembléias não podem sustar o curso da ação penal recebida pelo STJ, tal como é permitido ao Congresso Nacional nas ações em curso no STF.

45 - De acordo com a Lei de Execução Penal vigente, é INCORRETO afirmar que:

- a) o isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a dez dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado;
- b) se a revogação for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das duas penas;
- c) na aplicação das sanções disciplinares, levar-se-ão em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as conseqüências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão;
- d) transitada em julgado a sentença que aplicou a pena restritiva de direitos, o juiz de execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, promoverá a execução, podendo, para tanto, requisitar, quando necessário, a colaboração de entidades públicas ou solicitá-las a particulares;
- e) a autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até dez dias; a inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato, dependerá de despacho do juiz competente.

46 - Quanto à produção e à avaliação das provas no processo penal, pode-se afirmar que:

- a) vigora o princípio da liberdade das provas, não havendo qualquer restrição à sua produção;
- b) a vedação da produção de provas obtidas por meios ilícitos (art. 5º, LVI, CRFB), como possui natureza de garantia constitucional, deve ser interpretada de forma absoluta. Assim, não há possibilidade, no processo penal, de avaliação de prova obtida por meios ilícitos;
- c) segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal, não haverá possibilidade de reconhecimento de prova ilícita por derivação, por completa ausência de previsão legal;
- d) constitui, em regra, modalidade de prova ilegítima a juntada de documentos no momento da apresentação das alegações finais no rito do Júri;
- e) seguindo a orientação do Supremo Tribunal Federal, o juiz poderá pessoalmente diligenciar, objetivando o acesso a dados, documentos e informações fiscais, referente a crimes praticados por organizações criminosas.

47 - Em sede de processo penal, entende-se por "imputação":

- a) pedido de condenação;
- b) narração de um fato e atribuição desse fato a alguém;
- c) imputação fática somada ao pedido de condenação;
- d) narração de um fato e pedido de condenação;
- e) acusação somada ao pedido de condenação.

48 - Em matéria de prisão cautelar, pode-se afirmar que:

- a) já que vigora o princípio da jurisdicionalidade em todas as prisões cautelares, poderá o juiz, de ofício, decretar a prisão temporária;
- b) ultrapassado o prazo máximo da prisão temporária, o indiciado será posto em liberdade pela autoridade policial, necessitando da expedição de alvará de soltura da autoridade judicial;
- c) não haverá possibilidade de prisão administrativa, por completa vedação constitucional, salvo nos casos de transgressão militar definidos em lei. Haverá possibilidade de impetração de *Habeas Corpus* para impugnar a legalidade dessa prisão, não obstante a vedação constitucional;
- d) não estando presente o *periculum libertatis* da prisão em flagrante, o juiz deverá revogá-la;
- e) na prática de crime de ação penal pública condicionada à representação, a autoridade policial diante de estado flagrancial deverá lavrar o auto de prisão em flagrante, independentemente da manifestação de vontade do ofendido.

49 - Ainda em relação às prisões cautelares:

- a) através da imposição legal, os agentes policiais não poderão retardar a prisão em flagrante quando estiverem diante de estado flagrancial de crimes praticados por organizações criminosas, mesmo que objetivem a melhor colheita de provas;
- b) sabe-se que a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante inaugura o Inquérito Policial. No entanto, quando diante de crimes permanentes, haverá a possibilidade de prisão em flagrante, mesmo que já haja a instauração do Inquérito Policial;
- c) a imediata comunicação ao juiz de prisão em flagrante é mera formalidade. Sua ausência não constitui constrangimento ilegal ao iniciado, permanecendo legal o encarceramento provisório do indiciado;
- d) será cabível a prisão preventiva do autor de lesões corporais praticadas em veículo auto-motor (art. 303, Lei 9.503/97), quando presente o *periculum libertatis*;
- e) o clamor público deve ser considerado como um dos requisitos da prisão preventiva, autorizando, por si só, sua decretação.

50 - De acordo com a recente orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de decretação do sigilo do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) é possível a decretação alcançando o investigado e seu defensor, tendo em conta a supremacia do interesse público;
- b) é possível a decretação alcançando o investigado, tendo em conta a supremacia do interesse público;
- c) não é possível a decretação, sendo toda forma de sigilo abolida pela Constituição da República;
- d) é possível a decretação alcançando o investigado e seu defensor, por força do art. 20 do Código de Processo Penal;
- e) não é possível a decretação alcançando o defensor, por força dos arts. 5º, LXIII, CRFB, e 7º, XIV da Lei 8.906/94.



56 - Em 20 de dezembro de 2.003, Berola é detido na posse de uma arma de fogo de uso permitido. Lavrado o termo circunstanciado, uma semana após, os autos são remetidos ao Juizado Especial Criminal de Cantagalo, onde o Defensor de Berola postula a realização de exame de insanidade mental, com sua nomeação como curador. Na perícia, constata-se a inteira incapacidade mental de Berola à época do fato. Na hipótese:

- a) será feito o pedido de declínio de competência para o Juízo comum, à luz da complexidade do fato;
- b) será feito o pedido de declínio de competência para o Juízo comum, pois o fato-crime é regulado pela Lei 10.826/2.003, não alcançado pelo procedimento dos crimes de menor potencial ofensivo;
- c) será oferecido o instituto despenalizador da Lei 9.099/95, com o suprimento da vontade do autor do fato por seu curador;
- d) o processo continuará suspenso até que o autor do fato se restabeleça, na forma do art. 152 do Código de Processo Penal;
- e) o juiz ordenará a internação ou o tratamento ambulatorial do autor do fato em manicômio judiciário ou em outro estabelecimento adequado.

57 - Segundo o Pacto de São José da Costa Rica (Decreto 678/1.992), é INCORRETO afirmar que:

- a) ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados-Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas;
- b) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo, não podendo sua liberdade ser condicionada a garantias;
- c) toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura se a prisão ou a detenção forem ilegais; nos Estados-Partes cujas leis prevêm que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça, tal recurso não pode ser restringido nem abolido; o recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa;
- d) toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa;
- e) toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

58 - O Ministério Público Estadual denunciou Serafim pela prática do fato descrito no art. 157 do Código Penal. O Juiz, observando a ausência de justa causa, rejeitou a denúncia. Pode-se afirmar que:

- a) como não houve ainda a citação, não se formou a relação processual, não havendo necessidade de intimação de Serafim para apresentação de Contra-Razões do recurso interposto;
- b) como o ato de recebimento ou rejeição da denúncia não possui força decisória, não haverá necessidade de fundamentação pelo juiz;
- c) dando provimento ao recurso ministerial, haverá a produção dos efeitos do recebimento da denúncia, inclusive para interromper o curso prescricional;
- d) interposto recurso contra ato de rejeição da denúncia, não haverá a produção do efeito regressivo;
- e) como o juiz não está adstrito à classificação jurídica do fato, sua ausência na denúncia causará mera irregularidade, podendo ser corrigida até a decisão final.

59 - Em relação à Lei 9099/95, é INCORRETO afirmar que:

- a) a instauração do Inquérito Policial torna-se medida de exceção. Sua simples instauração não pode determinar a modificação da competência do Juizado Especial Criminal;
- b) como o Juizado Especial Criminal possui competência absoluta para processar e julgar as infrações de menor potencial ofensivo, não haverá possibilidade de modificação da competência;
- c) mesmo havendo delito de fato permanente, a denúncia será oferecida com base no termo circunstanciado, prescindindo do exame de corpo de delito quando a materialidade estiver aferida por boletim médico;
- d) da decisão homologatória de transação penal caberá o recurso de apelação;
- e) no entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Lei 10.259/01 não produziu qualquer efeito para oferecimento de suspensão condicional do processo.

60 - Em relação à citação, é correto afirmar que:

- a) pela atual posição do Supremo Tribunal Federal, ocorrendo um delito de homicídio em janeiro de 1994, sendo o acusado citado por edital em março de 1998, deverá o processo ficar suspenso, assim como o curso prescricional;
- b) verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por hora certa, verdadeira modalidade de citação ficta;
- c) estando o acusado preso, será requisitada a sua apresentação em juízo, no dia e hora designado para o interrogatório, valendo a requisição como ato citatório;
- d) realizada a citação em legações estrangeiras, restará suspenso o curso prescricional;
- e) citado o acusado por edital, restará suspenso o processo e o curso da prescrição. O prazo máximo da suspensão da prescrição em qualquer delito, conforme vem se orientando a doutrina pátria, será de vinte anos, por aplicação analógica ao artigo 109, I do Código Penal.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

61 - É lícito afirmar, em tema de Poder Constituinte, de Constituição, do reflexo dessa sobre a legislação ordinária anterior, bem como de sua alteração, que:

- a) o Poder Constituinte originário, segundo a doutrina, é responsável pela produção primitiva da ordem jurídica fundamental do Estado, assim como pela alteração do Texto dela resultante, com limitação, apenas, de ordem material;
- b) consoante o modo de elaboração, são classificadas como históricas as Constituições que possuem uma parte rígida e outra flexível, sendo facultada a alteração da parte rígida através de processo legislativo ordinário ou não dificultoso;
- c) a norma contida no art. 1º, *caput*, da *Lex Fundamentalís*, dispendo que “A República Federativa Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”, revela exemplo, aceite pela doutrina, de norma constitucional de eficácia limitada de princípio institutivo;
- d) o fenômeno da recepção consiste no acolhimento de norma legal, editada ao tempo de Constituição anterior, que não confronte, materialmente, com a nova ordem fundamental;
- e) a proposta de emenda à Constituição Federal, depois de aprovada pelas Casas do Congresso Nacional, será sancionada e promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.

62 - No que concerne ao controle de constitucionalidade de leis e atos normativos do Poder Público, é facultado afirmar que:

- a) em razão do princípio da reserva de plenário, os Tribunais só poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- b) pela via de exceção, incumbe ao Congresso Nacional suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
- c) lei ou ato normativo do Distrito Federal, positivado no exercício de competência estadual, pode ser objeto de controle, através de ação direta de inconstitucionalidade, em face da Constituição Federal;
- d) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil possui legitimação ativa para propor ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da Constituição Federal;
- e) o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade está sujeito à observância de prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial, atendendo a que os atos inconstitucionais logram a obter, em regra, no sistema pátrio, convalidação pelo decurso do tempo.

63 - Ainda acerca do tema controle de constitucionalidade, é factível asseverar que:

- a) pela via de exceção, a questão constitucional é argüida *incidenter tantum*, como prejudicial do mérito;
- b) na hipótese de ação direta, de competência do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, será citado, previamente, para a defesa do ato ou texto impugnado;
- c) em razão do princípio da subsidiariedade que preside o instituto, a argüição de descumprimento de preceito fundamental será admitida pelo Supremo Tribunal Federal, nos casos de sua competência, ainda quando existente qualquer outro meio capaz de sanar, eficazmente, a lesividade alegada;
- d) por entender compatível com o objeto da demanda, o Supremo Tribunal Federal concede medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, expedindo, em consequência, provimento normativo preliminar, de sorte a suprir a inatividade do órgão legislativo inadimplente;
- e) cabe aos Estados Federados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face das Constituições Federal e Estadual, vedada a atribuição para agir a um único órgão.

64 - Com pertinência à estrutura fundante do Estado Federal brasileiro, é correto afirmar que:

- a) a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os dois primeiros (União e Estados) soberanos e os demais (Distrito Federal e Municípios) autônomos;
- b) no exercício e desenvolvimento de suas atividades legislativas, são conferidas aos Estados Federados as competências remanescentes;
- c) a secessão, como instituto típico do Estado Federal, permite que os Estados Federados se desliguem da estrutura federativa;
- d) os Vereadores, além de invioláveis por suas opiniões, palavras e votos nos limites do Estado em que exercem a vereança, possuem, também, imunidades formais ou processuais, não podendo ser presos, assim, desde a expedição do diploma, sem prévia licença da Casa legislativa a que pertencerem, salvo na hipótese de crime inafiançável;
- e) é facultado aos Municípios, no âmbito de suas respectivas estruturas organizacionais, a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

65 - Assinale, com referência ao instituto da intervenção federal, a alternativa válida:

- a) a União não intervirá nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios dos Estados exceto para, dentre outros pressupostos, manter a integridade nacional, pôr termo a grave comprometimento de ordem pública e garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- b) a decretação de intervenção, pelo Presidente da República, em qualquer dos órgãos dos Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dos Estados não importa em impedir a reforma da Constituição Federal, durante o lapso interventivo, pelo processo de emenda;
- c) o decreto de intervenção federal está sujeito a controle judicial, sendo dispensável, porém, em qualquer hipótese, o de natureza política, a cargo do Congresso Nacional;
- d) é facultativa a nomeação de interventor, no processo interventivo federal, sendo factível, por isso, a ocorrência, em tese, de intervenção sem interventor;
- e) a intervenção federal para o fim de assegurar a observância de princípios constitucionais sensíveis depende de requisição do Ministro de Estado de Justiça.

66 - Nomeie, com alusão à defesa do Estado e das instituições democráticas, a opção válida:

- a) o estado de defesa, da mesma forma que o estado de sítio, só poderá ser decretado, pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional;
- b) constituem pressupostos para a decretação do estado de sítio a comoção grave de repercussão nacional, a ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa e a declaração do estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira;
- c) o tempo de duração do estado de defesa e do estado de sítio não poderá ser superior a 30 (trinta) dias improrrogáveis;
- d) os atos praticados pelo executor da medida, durante o estado de defesa, não estão sujeitos, de vez que resultantes da instauração de um sistema de legalidade extraordinária, a controle judicial;
- e) a decretação de estado de sítio implica a suspensão de funcionamento do Congresso Nacional.

67 - O Poder Legislativo, de acordo com a Constituição Federal, é organizado:

- a) unicameralmente nos Estados e na União Federal, onde funcionam, respectivamente, as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional;
- b) no âmbito federal, segundo sistema bicameral no qual o Senado compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal e a Câmara dos Deputados de representantes do povo em cada Estado, Território e no Distrito Federal;
- c) nos Estados Federados, pelas constituições e lei que adotarem, sem qualquer limitação à sua capacidade de auto-organização;

- d) no Distrito Federal e nos Municípios, pelas respectivas leis orgânicas, sendo vedados quaisquer parâmetros federais relativamente ao número de representantes e respectivos mandatos na Câmara Legislativa e nas Câmaras Municipais, sob pena de violação da autonomia municipal e do Distrito Federal;
- e) com pertinência à imunidade formal, recebida a denúncia oferecida contra Senador ou Deputado Federal, por crime cometido antes da diplomação, a Casa a que pertencer o parlamentar denunciado poderá, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, sustar o andamento da ação.

68 - Aponte, sobre o Poder Judiciário, a alternativa que se harmoniza com a Constituição em vigor:

- a) os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Congresso Nacional;
- b) os Governadores de Estado serão processados e julgados, originariamente, nos crimes comuns, perante o Tribunal de Justiça do Estado em que exercitarem a governadoria;
- c) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- d) é de competência originária do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar as ações rescisórias dos julgados dos Tribunais Regionais Federais;
- e) a vitaliciedade, como garantia da magistratura, só será adquirida, no primeiro grau, após dois anos de exercício.

69 - Sobre os remédios constitucionais, é correto afirmar que:

- a) o *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa física, desde que nacional, sendo vedada a sua utilização por pessoa jurídica, ainda que em favor de pessoa física, e pelo Ministério Público;
- b) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- c) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim como para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- d) qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público;
- e) conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

70 - Com pertinência à Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, é correto afirmar que:

- a) todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros domiciliados há, pelo menos, um ano ininterrupto no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- b) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- c) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e para os estrangeiros;
- d) os partidos políticos, no Brasil, são pessoas jurídicas de direito público, devem ter caráter nacional e desfrutam de imunidade tributária quanto ao patrimônio, rendas ou serviços;
- e) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo-lhes vedado, todavia, estabelecer, em seus estatutos, normas de fidelidade e disciplina partidárias.

71 - Assinale, força no Texto Fundamental em curso, a assertiva correta:

- a) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação da autoridade policial a que couber a atribuição;
- b) incluído o direito à vida dentre as tutelas fundamentais, é vedada, em qualquer hipótese, a instituição de pena de morte;
- c) nenhum brasileiro será extraditado, nem sequer o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização;
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, resultando defeso ao legislador ordinário determinar, em qualquer circunstância, o atendimento de qualificações profissionais;
- e) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

72 - Viola o princípio constitucional do Estado Democrático de Direito a:

- a) intervenção federal nos Estados;
- b) restrição à liberdade de locomoção, durante a decretação de estado de sítio;
- c) restrição à liberdade de reunião, durante a decretação do estado de defesa;
- d) perda do mandato do Deputado ou Senador, por falta de decoro parlamentar;
- e) cassação de direitos políticos, em consequência de condenação criminal transitada em julgado.

73 - Indique, entre os institutos que se seguem, aquele que não se encontra inserido, explicitamente, dentre as denominadas cláusulas pétreas da Constituição em vigor:

- a) os direitos e garantias individuais;
- b) a forma federativa de Estado;
- c) a separação dos Poderes;
- d) o regime republicano;
- e) o voto direto, secreto, universal e periódico.

74 - As Comissões Parlamentares de Inquérito:

- a) somente podem ser criadas mediante requerimento de um terço dos membros do Congresso Nacional, aprovado pela respectiva Mesa, para promover a responsabilidade criminal dos infratores, no prazo de noventa dias;
- b) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são criadas, nos termos da Constituição, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores;
- c) visam a apurar ilegalidades no âmbito do Parlamento, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional;
- d) somente devem remeter suas conclusões ao Ministério Público se houver solicitação expressa do Chefe do *Parquet*, exclusivamente para promover a ação penal pública da qual, segundo a Constituição, é titular, cabendo a responsabilização civil à Advocacia Geral da União;
- e) podem determinar prisão temporária, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, estendendo-se, a última, à interceptação ou escuta telefônica, indispensabilidade de bens e, independentemente de autorização judicial, apreensão domiciliar de documentos.

75 - No que tange as funções essenciais à justiça, é correto afirmar que:

- a) inclui-se entre as funções institucionais do Ministério Público a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas;
- b) o Advogado-Geral da União será nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, após a aprovação de seu nome pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta e maioria absoluta de votos, para mandato de dois anos, vedada a recondução;
- c) o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações, no exercício da atividade profissional, sem que a lei possa impor qualquer limitação ao múnus que desempenha;
- d) a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, consoante os termos da Constituição Federal;
- e) o Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, exercendo as atividades do cargo por mandato de dois anos, vedada a sua destituição.

## DIREITO CIVIL

76 - Em matéria de direito do consumidor, a responsabilidade civil por fato do produto verifica-se quando:

- a) o bem adquirido apresenta algum defeito que compromete seu funcionamento;
- b) o bem adquirido não foi entregue ao consumidor;
- c) o bem adquirido, em decorrência de um defeito, causou um dano ao consumidor;
- d) o consumidor tem o dever de indenizar o fornecedor por eventuais danos decorrentes do não pagamento ou do atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais;
- e) o consumidor tem o dever de indenizar o comerciante por eventuais danos decorrentes do não pagamento ou do atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais.

77 - Em virtude de viagem, Adriano solicitou de Sérgio que guardasse, durante o período em que estivesse viajando, alguns pertences seus, entre os quais um automóvel, uma motocicleta e um computador. Convencionaram um valor fixo que seria pago por Adriano pela guarda dos bens. Dez dias depois, aproximadamente, Priscila, irmã de Adriano, esteve na residência de Sérgio e exigiu a entrega do computador, pois este lhe pertencia. Diante da negativa de Sérgio em entregar o computador, Priscila tentou usar de violência para pegar o bem. Pode-se afirmar que, neste caso:

- a) Sérgio pode fazer uso da autodefesa da posse, pois é possuidor do bem;
- b) Sérgio somente pode solucionar a questão, ajuizando uma ação de manutenção de posse;
- c) Sérgio somente pode solucionar a questão, ajuizando uma ação de reintegração de posse;
- d) Sérgio somente pode solucionar a questão, ajuizando uma ação de interdito proibitório;
- e) Sérgio nada pode fazer, pois é mero detentor do bem.

78 - Virgílio, após agredir fisicamente Caio, de forma brutal e reiterada, deixando-o totalmente sem reação, compeliu-o a assinar um contrato de locação que ele se negara a assinar antes de ser coagido. Nesse caso, pode-se afirmar que esse contrato é:

- a) nulo de pleno direito;
- b) relativamente nulo;
- c) anulável;
- d) ineficaz relativamente a Caio;
- e) inexistente.

79 - Pela sistemática do direito brasileiro, a responsabilidade civil:

- a) é sempre subjetiva;
- b) é sempre objetiva;
- c) pode ser subjetiva, havendo apenas hipóteses específicas de responsabilidade objetiva;

- d) pode ser subjetiva, havendo hipóteses específicas de responsabilidade objetiva, ou pode ser objetiva genérica, no caso das atividades de risco normalmente desenvolvidas;
- e) é sempre baseada no ato ilícito.

80 - Valério construiu sua casa, fazendo uma sacada virada para o terreno de seu vizinho, Tomas, a uma distância de cinquenta centímetros de distância da linha divisória das duas propriedades. Três anos e dois meses depois, Tomas resolveu exigir-lhe o desfazimento da sacada, o que foi recusado por Valério. Nesse caso, pelas normas que regem o direito de vizinhança, pode-se afirmar que Tomas:

- a) não tem o direito de exigir o desfazimento da sacada, pois o prazo legal de um ano e um dia já se expirou;
- b) não tem o direito de exigir o desfazimento da sacada, pois o prazo legal de três anos já se expirou;
- c) ainda tem o direito de exigir o desfazimento da sacada, pois o prazo legal é de cinco anos;
- d) não tem o direito de exigir o desfazimento da sacada, pois a distância permitida em lei é exatamente de cinquenta centímetros;
- e) tem o direito de exigir o desfazimento da sacada, pois a distância permitida em lei é de no mínimo um metro.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81 - Sobre as partes e as modalidades de intervenção de terceiros, é correto afirmar que:

- a) a nomeação à autoria, modalidade de intervenção de terceiros, é admissível nas ações fundadas em contrato de arrendamento rural ou parceria agrícola;
- b) caso a parte, ou um terceiro que de qualquer forma participe do processo, crie embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final, o juiz poderá aplicar-lhe multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta, desde que não seja superior a 20% do valor da causa;
- c) se o autor não formar, no pólo passivo, o litisconsórcio que a lei considera necessário, deverá o juiz, de plano, indeferir a petição inicial por inepta, uma vez que não pode prosseguir o processo sem a citação de todos os litisconsortes;
- d) oferecendo Aníbal oposição em ação possessória onde litigam Jorge e Bruno, forma-se uma nova ação, tendo de um lado Aníbal e de outro, em litisconsórcio facultativo, Jorge e Bruno, devendo o juiz, ao proferir sua sentença, primeiro decidir a ação possessória, e depois, na mesma sentença, a oposição;
- e) a assistência simples só é admissível até o juiz proferir a sentença.

82 - Sobre tutela antecipada, é correto afirmar que:

- a) concedida tutela antecipada no curso de uma ação de conhecimento, o juiz não poderá nem revogá-la nem modificá-la, por força da preclusão;
- b) se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os requisitos da tutela cautelar, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado;
- c) a tutela antecipada poderá ser concedida de ofício em qualquer hipótese;
- d) a decisão sobre a antecipação de tutela deverá ser sempre fundamentada, salvo nos casos em que o réu puder sofrer prejuízo irreparável ou de difícil reparação;
- e) por se equiparar ao julgamento antecipado da lide, após o juiz decidir acerca da tutela antecipada, deverá o processo ser extinto com julgamento do mérito.

83 - Assinale a alternativa correta sobre os Juizados Especiais Cíveis (Lei 9.099/95):

- a) são da competência dos Juizados Especiais a ação de despejo para uso próprio e as causas cujo valor não exceda a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo;
- b) a contestação deverá ser apresentada por escrito em até 10 (dez) dias, contados do término da audiência de conciliação;
- c) na execução fundada em título executivo extrajudicial, é vedado ao juiz designar audiência de conciliação;
- d) a sentença mencionará os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos na audiência e fora dela, sendo obrigatória, sob pena de nulidade, a presença de relatório;
- e) é ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a 60 (sessenta) salários mínimos.

84 - Em ação de execução proposta pelo Banco Amigo em face de Nelson, é cobrada a quantia de R\$ 100.000,00 baseada em instrumento de confissão de dívida vinculado a contrato de abertura de conta corrente, acompanhado de demonstrativo de atualização do débito. Regularmente citado Nelson oferece um bem à penhora, sendo que o Juízo o aceita. Como o executado alega que o valor da dívida no instrumento de execução é de R\$ 60.000,00, assinale qual das matérias abaixo enumeradas deverá ser alegada nos embargos:

- a) inexigibilidade do título;
- b) nulidade da penhora;
- c) cumulação indevida de execuções;
- d) ilegitimidade ativa *ad causam*;
- e) excesso de execução.

85 - Sobre mandado de segurança, é correto afirmar que, no caso em que o documento necessário à prova do alegado pelo impetrante se achar em repartição ou estabelecimento, ou em poder de autoridade que recuse fornecê-lo por certidão, o juiz deverá:

- a) indeferir a petição inicial porque é ônus do impetrante juntar o documento quando da impetração do *mandamus*;
- b) determinar ao impetrante que emende a petição inicial em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento;
- c) ordenar, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou cópia autêntica, marcando para o cumprimento da ordem o prazo de 10 (dez) dias;
- d) presumir como verdadeiros os fatos narrados na inicial do mandado de segurança, porém apenas aqueles fatos que seriam provados pelo documento que o impetrante não conseguiu juntar;
- e) converter o procedimento especial do mandado de segurança em procedimento ordinário ou sumário, dependendo do valor da causa, e só então intimar o responsável pela retenção do documento a entregá-lo em 10 (dez) dias.

## DIREITO COMERCIAL

86 - Com relação ao empresário e à sociedade empresária, é correto afirmar que:

- a) com o advento do novo Código Civil, a pessoa natural ou jurídica que explora atividade preponderantemente pastoril, por ser empresária, deve ser registrada no registro Público de Empresas Mercantis e Atividades afins a cargo das Juntas Comerciais;
- b) o sócio-indústria, diante da revogação da primeira parte do Código Comercial, é uma figura inexistente no Direito Brasileiro;
- c) a atividade explorada por empresário que vem a tornar-se incapaz, em hipótese alguma pode continuar a ser explorada;
- d) o novo Código Civil vedou expressamente a constituição de sociedades entre cônjuges, independentemente do regime matrimonial de bens, sendo que as sociedades já constituídas poderão prosseguir face ao respeito ao ato jurídico perfeito;
- e) as sociedades por ações devem obrigatoriamente ser registradas no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

87 - Com relação à escrituração, pode-se afirmar que:

- a) segundo o novo Código Civil, todo empresário está obrigado a possuir livros empresariais, mais precisamente o Diário e o Copiador de Cartas;
- b) em qualquer hipótese pode o Juiz, inclusive de ofício, determinar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração, quando necessária para auxiliar a solução de uma pendência judicial;
- c) se houver determinação judicial para o empresário exhibir seus livros, caso este se recuse, não ensejará confissão ficta;
- d) a falta ou indevida escrituração nos livros obrigatórios enseja sérias conseqüências, inclusive no âmbito penal, podendo configurar infração penal;
- e) o empresário está obrigado a fazer a escrituração em livros, não podendo utilizar escrituração eletrônica.

88 - Em relação às sociedades, analise as afirmativas a seguir:

- I) As sociedades limitadas podem ser identificadas por firma ou denominação, devendo o arquivamento do ato constitutivo ocorrer na Junta Comercial, quando então adquirirão personalidade jurídica.
- II) Na sociedade limitada, a administração pode ser desempenhada, excepcionalmente, por pessoa que não seja sócia.
- III) Os administradores de uma sociedade limitada podem ser responsabilizados pelas dívidas tributárias, ainda que não tenha ocorrido sonegação. Nesse caso, também responderão pela prática de crime contra ordem tributária.
- IV) A sociedade limitada deve ser composta no mínimo por dois sócios, pois somente a sociedade anônima pode ser unipessoal.
- V) Sociedade, empresa, estabelecimento e firma são expressões que se equivalem.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) II;
- b) III;
- c) I e IV;
- d) I e V;
- e) I, II, IV e V.

89 - João emitiu, no dia 30 de setembro de 2003, uma letra de câmbio, sem indicar o vencimento, em favor de Maria, que a transferiu, imediatamente a Pedro, na qualidade de sua credora. O beneficiário manteve o título em seu poder até o dia 15 de outubro de 2004, data exata em que Lucas, sacado, atingiu a maioridade. Nesse caso:

- a) Pedro poderá propor ação cambial em face de Lucas e João;
- b) Pedro não poderá utilizar a ação cambial em razão da ocorrência da decadência;
- c) Pedro poderá receber o valor constante do título através de ação executiva proposta em face de João e Maria, excluindo-se Lucas, que era incapaz na época da emissão da cambial;
- d) Pedro poderá propor ação cambial em face de João e Maria, após efetuar, no dia útil seguinte, o protesto em razão da recusa de pagamento apresentada por Lucas;
- e) Pedro poderá propor a ação cambial em face de Lucas, na qualidade de principal devedor, desde que instrua o pedido com o instrumento do protesto por falta de pagamento.

90 - A hipótese que NÃO autoriza a declaração da falência é:

- a) omissão na indicação de bens à penhora, por parte do executado, na execução de título de crédito;
- b) requerimento com base em duplicata, sem aceite do devedor, instruído com a comprovação da entrega da mercadoria e o instrumento do protesto;

- c) requerimento de concordata preventiva, distribuído no dia seguinte ao pedido de falência, antes da realização da citação do devedor;
- d) realização do depósito elisivo;
- e) decurso de um ano da morte do devedor.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

91 - A regra do *in dubio pro reo*, também conhecido em matéria tributária como princípio do *in dubio pro contribuinte*, estabelece que a lei fiscal que define infrações, ou lhe comina penalidades, deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto a certas hipóteses, EXCETO quanto à:

- a) capitulação legal do fato;
- b) natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- c) autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
- d) natureza da penalidade aplicável, ou sua graduação;
- e) majoração de tributos, ou sua redução.

92 - No Direito Tributário, o princípio da estrita legalidade, previsto na Constituição Federal art. 150, I e no Código Tributário Nacional arts. 97 e 113, fixa que somente a lei pode estabelecer:

- a) a cominação de penalidades;
- b) a fixação de prazos;
- c) as obrigações tributárias acessórias;
- d) as regras de interpretação;
- e) o conteúdo e o alcance dos tratados internacionais.

93 - Considerando as disposições do Código Tributário Nacional, que possui natureza de lei complementar definidora de normas gerais, é INCORRETO afirmar que:

- a) a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato;
- b) a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora;
- c) a certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos;
- d) é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica do sujeito passivo;
- e) as autoridades administrativas somente poderão requisitar o auxílio da força pública quando vítimas de embargo ou desacato no exercício de suas funções, quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, desde que o fato se configure em lei como crime ou contravenção.

94 - O Código Tributário Nacional estabelece que a responsabilidade é pessoal ao agente quanto a determinadas infrações, EXCETO:

- a) as conceituadas por lei como crimes ou contravenções;
- b) aquelas em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;
- c) as que decorram direta e exclusivamente de dolo específico dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;
- d) as que decorram direta e exclusivamente de dolo específico dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas;
- e) as de menor potencial ofensivo, decorrentes de descumprimento de obrigações acessórias, previstas em tratados internacionais.

95 - Quanto aos crimes contra a ordem tributária, é INCORRETO afirmar que:

- a) constitui crime suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta de omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;
- b) extingue-se a punibilidade quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios;
- c) se cometidos em quadrilha ou co-autoria, o co-autor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços;
- d) são de ação penal pública;
- e) a remição abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando às infrações resultantes de conluio.

## LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

96 - É correto afirmar, de acordo com a Constituição Federal de 1988, que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende:

- a) ao aproveitamento e à utilização racional e adequada dos recursos naturais disponíveis e à preservação do meio ambiente;
- b) ao aproveitamento racional e adequado e à exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores;
- c) à participação do proprietário nos resultados dos recursos naturais disponíveis da propriedade;
- d) às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;
- e) às desigualdades regionais e sociais, simultaneamente, com a defesa do meio ambiente.

97 - É correto afirmar que as pessoas jurídicas serão responsabilizadas, penalmente, nos casos em que:

- a) a infração penal seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade;
- b) excluir, previamente, a responsabilidade penal das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato;

- c) a personalidade jurídica representar um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente;
- d) houver gravidade do fato típico, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;
- e) houver antecedentes da pessoa jurídica quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental, independentemente da prática de nova infração.

98 - Para construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem que se incorra em fato tipicamente penal, é exigência legal:

- a) processo administrativo para apuração de infração ambiental;
- b) licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes;
- c) registro no Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- d) inspeção e diligência investigatória da Polícia Estadual;
- e) elaboração de relatório circunstanciado da Delegacia Especial do Meio Ambiente.

99 - A Ação Popular é um dos meios de acesso ao Poder Judiciário para anular atos lesivos ao meio ambiente. Sua sentença tem como característica:

- a) a determinação de condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;
- b) a eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes* nos casos de haver sido a ação julgada procedente ou improcedente por deficiência de prova;
- c) a eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova;
- d) a impossibilidade recursal quando o autor da ação for cidadão comum;
- e) produzir efeitos imediatos quando da interposição de recurso pelo Ministério Público.

100 - Quanto à Delegacia Especial do Meio Ambiente – DEMA, criada na estrutura da Secretaria de Segurança do Distrito Federal, é INCORRETO afirmar que:

- a) é órgão de direção superior, diretamente subordinada à Coordenação de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal;
- b) atuará sem prejuízo das ações dos demais órgãos de fiscalização ambiental especializados, vedada a realização de diligências conjuntas;
- c) tem competência para prevenir, reprimir e apurar os ilícitos ambientais, inclusive o parcelamento irregular do solo, objetivando a proteção do solo, subsolo, água e ar;
- d) tem competência para fiscalizar o território do Distrito Federal, quer seja na zona rural, urbana ou de expansão urbana;
- e) tem competência para promover campanhas educativas conjuntas sobre a preservação e proteção do meio ambiente.